

Nova fase do diálogo com o Ministério da Defesa

O Secretário de Estado da Defesa Nacional recebe DN em 10 de Outubro para tratar dos assuntos de carácter legislativo e da falta de verbas para próteses.

Marcada para 11 de Outubro a primeira reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares.

(pág. 3)

Cooperação com Angola avança

Ida de delegação da ADFA a Angola cria condições para implantação de centro de próteses em Luanda.

AMMIGA e autoridades angolanas empenhadas na concretização do projecto

(centrais)



Ministro dos Combatentes da Guiné visitou a ADFA

O Governo guineense pretende cooperação da ADFA na reabilitação dos seus deficientes de guerra

(centrais)

Comissão Europeia da FMAC reuniu em Chipre

Associações de ex-combatentes e deficientes de guerra de 27 países europeus resolveram levar a efeito um Simposium sobre "stress de guerra" na Croácia.

(pág. 12)

No Maputo foi criado o primeiro Núcleo da ADFA no estrangeiro

Em acto eleitoral muito participado foram eleitos os elementos da Direcção do Núcleo da ADFA em Moçambique.

(centrais)

Abrem-se novas perspectivas de diálogo com o Ministério da Defesa Nacional

O Verão e as férias trazem sempre um abrandamento das actividades das pessoas e das organizações. À nossa Associação trouxe também uma breve crise directiva a que as férias acabaram por ser benéficas, pois deram tempo às pessoas para repensarem posições e ultrapassarem dificuldades e diferendos. Voltámos à dinâmica e entusiasmo que esta equipa directiva imprimiu à vida associativa.

Após este acalmar das águas, uma das primeiras medidas a ser tomada pela Direcção Nacional foi solicitar uma audiência urgente ao Secretário de Estado da Defesa Nacional para procurar saber das iniciativas deste Ministério com vista à resolução dos problemas com que se debatem alguns sectores dos deficientes militares, nomeadamente: a legislação sobre os deficientes qualificados em serviço e sem nexo de causalidade com o mesmo; a demora no início de actividades do anunciado Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes

Militares (CCADM); e as dificuldades ultimamente surgidas no processo de fornecimento de próteses pelos Hospitais Militares dependentes do Exército.

Já sobre o fecho desta edição chegaram do Restelo sinais de que o diálogo iria continuar. Um ofício do Ministro da Defesa Nacional anunciava a convocação do referido Conselho Consultivo para a sua primeira reunião, em 11 de Outubro, assumindo, deste modo, aquele governante o seu empenho pessoal no eficaz e produtivo funcionamento desta nova estrutura do seu Ministério, tão ansiada pela ADFA. Aquele ofício era acompanhado do projecto de despacho de criação do Conselho Consultivo, o qual se nos afigura que, com alguns eventuais acertos, poderá constituir o órgão equacionador e implementador da resolução dos problemas dos deficientes militares, com capacidade e dinâmica superiores às da extinta CMRA.

Pouco depois chegava também à nossa sede a notícia de que o Secretário de Estado receberia a Direcção Nacional no dia 10 de Outubro.

Estes dois bons indícios voltaram a criar alguma esperança de, finalmente, vermos satisfeitas as justas reivindicações de carácter legislativo entregues no MDN no início do corrente ano.

A última Assembleia Geral, realizada em Abril, estabeleceu um prazo de seis meses para que se começassem a ver frutos destas reivindicações. Este prazo está a esgotar-se e, caso estes novos sinais de diálogo não iniciem medidas concretas, o órgão máximo da ADFA será convocado para que, em Assembleia Geral Extraordinária, os associados definam quais os passos que a ADFA deve trilhar para que os seus direitos venham, de uma vez por todas, a ser reconhecidos.

Dificuldades na assistência médica

Pedida audiência ao CEME

A Direcção Nacional solicitou uma audiência urgente ao General Chefe do Estado-Maior do Exército, a fim de lhe expressar as preocupações e as queixas dos nossos associados em relação aos problemas que estão a experimentar no fornecimento de próteses por parte dos Hospitais Militares, por alegadas dificuldades da tesouraria destes estabelecimentos.

O outro problema a transmitir ao CEME é o descontentamento dos nossos associados pelo atraso no reembolso da percentagem de 25% do custo dos medicamentos paga nas farmácias. Segundo informação posterior a este pedido de audiência, este problema estará em vias de solução, iniciando-se em breve o depósito em conta dos reembolsos, como noticiamos na página 2.

Votos de boas melhoras

Ao Senhor Presidente da República

Quando foi submetido a uma intervenção cirúrgica ao coração, a Direcção Nacional enviou, em 28 de Julho, uma mensagem ao Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, manifestando a satisfação da ADFA pelo êxito da delicada operação e fazendo votos pelo seu rápido restabelecimento.

Ao Senhor Ministro da Defesa

Idêntica mensagem foi enviada ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. António Vitorino, que em 9 de Setembro foi submetido a uma intervenção cirúrgica na Casa de Saúde da Família Militar.

**Cada assinante
do "ELO"
é um amigo
da ADFA**

"Apoio aos Deficientes Militares Portugueses" Assembleia Legislativa da Madeira atenta e sensibilizada para os problemas dos deficientes militares

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira, na sua sessão plenária de 25 de Junho, aprovou uma resolução designada por "Apoio aos Deficientes Militares Portugueses" que é uma oportuna pedrada no charco em que se encontram estagnados os gravíssimos problemas vividos por um grande número de deficientes militares que ainda não viram razoavelmente reconhecidos os seus direitos.

Este documento surge na sequência do trabalho desenvolvido pela Delegação da ADFA na Madeira junto daquela Assembleia Regional, e que contou com o apoio incondicional dos órgãos nacionais e a que já fizemos referência no ELO de Fevereiro deste ano.

É o seguinte o texto integral da referida resolução:

Na sequência da honrosa presença de dirimentes nacionais e regionais da ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas), na reunião da Comissão de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, em 23 de Fevereiro de 1996, para a emissão de parecer sobre um projecto de proposta de lei do PSN, intitulado "Apoio aos militares deficientes das Forças Armadas", esta Comissão deliberou, por unanimidade, adoptar uma iniciativa favorável às legítimas pretensões da ADFA.

Neste sentido, a 6ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira considerou fundamental e inadiável a promoção de um conjunto de medidas, tendentes a uma digna reparação, reabilitação e assistência dos deficientes militares, num acto de justo reconhecimento nacional e do enobrecimento dos valores morais e patrióticos por eles representados.

Do elenco das suas principais necessidades, destacam-se as seguintes acções:

1.-Criação de uma estrutura de coordenação com os objectivos de contribuir para a adopção de medidas relacionadas com as matérias dos deficientes militares, emitir pareceres sobre as medidas legislativas neste sector e colaborar na melhoria da qualidade de vida destes cidadãos.

2.-Produção de legislação específica referente aos deficientes militares, integrando todas as situações compreendidas na sua mais ampla concepção, de modo a materializar-se o direito à plena reparação e reabilitação, uniformizando critérios e procedimentos.

Nesta perspectiva, impõe-se a publicação de um diploma específico do Deficiente Militar em Serviço, conforme decorre da recomendação da Federação

Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (FMAC), consagrando determinados direitos, designadamente a atribuição de pensões de preço de sangue, a acumulação de pensões, vencimentos e subsídio de desemprego e a revisão, a todo o tempo, do grau de incapacidade.

Por outro lado, considera-se curial a protecção legal dos deficientes que adquiriram as suas incapacidades em consequência do cumprimento do dever militar, com destaque para as situações de deslocação e permanência em zonas de guerra, e enquanto cumpriam o serviço militar.

É de toda a legitimidade que a classificação de "Grandes Deficientes das Forças armadas (GDFA)" passe a incluir todos os que apresentam um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Torna-se, igualmente, da mais elementar justiça estender e clarificar os direitos definidos ou a definir, legalmente, aos militares que se deficientaram ou se deficientem, no âmbito de compromissos internacionais assumidos por Portugal, em missões militares no estrangeiro.

Afigura-se também necessário garantir os direitos de -reparação, reabilitação e integração aos deficientes -militares das ex-colónias, enquanto servidores das Forças Armadas de Portugal e que permaneceram ou não naqueles territórios.

Considerando que estas pretensões correspondem aos mais profundos anseios dos deficientes militares portugueses, entre os quais se incluem algumas centenas de madeirenses e portosantenses, e tendo em conta que a aplicação das iniciativas acima enunciadas constitui o reconhecimento efectivo da acção patriótica dos deficientes militares, a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, ao abrigo das prerrogativas constitucionais em vigor, resolve:

1 - Manifestar o seu apoio aos objectivos acima mencionados, recomendando o empenho das entidades nacionais, no sentido da sua concretização.

2 - Remeter esta resolução aos seguintes organismos:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Ministro da Defesa Nacional;
- Presidente do Governo Regional da Madeira;
- Associação de Defesa dos Deficientes das Forças Armadas - Direcção Nacional e Delegação Regional da Madeira.

Aprovada em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa Regional da Madeira em 25 de Junho de 1996.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional

Associados reclamam do atraso no reembolso da participação nos medicamentos

Realizou-se no passado dia 7 de Setembro, com início às 15H00, no auditório da Delegação, a habitual reunião dos primeiros Sábados do mês.

Foi a primeira reunião após o período de férias, registando-se a presença de 29 associados.

A Direcção da Delegação começou por informar que ainda desconhecia para quando se previa o reembolso por parte da ADME dos 25% pagos nos medicamentos. Referiu a alteração no Dec. Lei 404/82 (Pensões de Preço por Sangue), publicada no mês de Julho, fez menção aos camaradas, Dias, Candido, Talaia e Sousa, ultimamente falecidos, lembrando que apenas a viúva de um deles irá beneficiar de uma pensão, apesar de algumas ficarem em situação económica muito difícil.

A Direcção disse que actualmente havia alguns problemas na Direcção Nacional mas que certamente iriam ser superados nas próximas semanas, pois tratava-se de acertar posturas de ordem pessoal e que não

existiam divergências quanto aos objectivos globais.

Antes de entrar no ponto da ordem de trabalhos, a Direcção disse que ainda não tinha qualquer informação sobre a proposta reivindicativa apresentada ao Ministério da Defesa Nacional.

Seguiu-se um período de intervenções, tendo usado da palavra os seguintes associados:

- José Machado, para se referir ao texto publicado no "ELO" - página 4, do mês de Julho - insurgindo-se contra uma passagem em que se refere a exigência de um "Estatuto para os Deficientes em Serviço" quando em seu entender deveria ser um "Estatuto para todos os Deficientes militares";

- O associado Val da Cunha para reclamar contra o atraso no reembolso dos 25% de participação nos

medicamentos por parte da ADME pois tal liquidação já tinha sido processada pela Força Aérea e pela Armada, criando uma situação de desigualdade quanto ao tratamento;

- O associado Domingos Leite referiu-se do mesmo modo e ao mesmo assunto, referiu o facto injusto de ter sido retirado o direito a que o tempo do serviço militar seja incluído no cálculo da pensão de reforma do trabalho;

- O associado Fernando Monteiro, que igualmente se pronunciou sobre o atraso no reembolso da ADME, sublinhou o seu descontentamento ao afirmar que quando algum cidadão deve ao Estado este cobra juros, pelo que deveria ser exigido igual procedimento;

- Os associados José Noronha e Sequeira Ferreira sobre as anteriores intervenções disseram ser necessário a Direcção munir-se de pareceres e ter alguma precaução quanto à forma de tratar este assunto.

A Direcção respondeu a todas as questões colocadas, assumindo o compromisso de junto da Direcção Nacional colher mais informações

sobre o reembolso da ADME. Disse também que iria analisar eventuais consequências e que apoiava os associados que desejam reclamar, pois achava que o atraso já ultrapassava os limites.

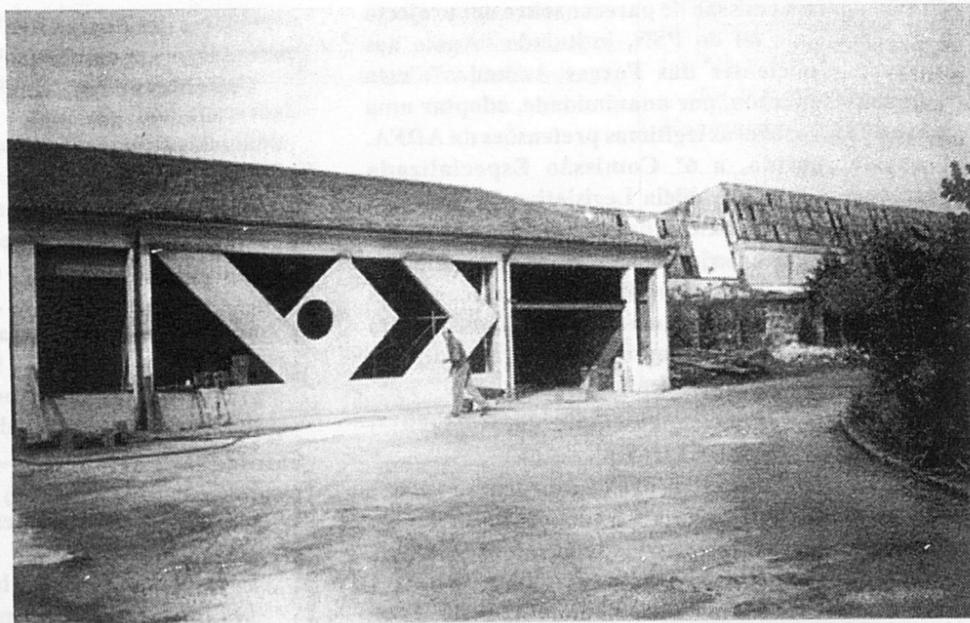
Também quanto a uma dúvida levantada pelo associado Machado sobre qual era a posição da Direcção face às reivindicações da ADFA, disse que reafirmava o já assumido anteriormente, isto é, de que o Dec. Lei 43/76 deveria ser alargado e que deveria ser publicada legislação para os Deficientes em Serviço, retirando-os do "Estatuto da Função Pública". Por isso, iria adoptar as medidas ao seu alcance para propiciar aos associados não só o conhecimento do que está em causa, mas também apoiar a sua participação na Assembleia Geral Nacional, incentivando-os a serem solidários neste momento, em que estão em causa muitos direitos pelos quais lutamos há já muitos anos.

Terminada a reunião, muitos associados permaneceram algum tempo na Delegação, convivendo e trocando opiniões.

Conclusão das obras do centro de convívio para breve

A Direcção da Delegação ao iniciar o seu mandato, decidiu, após ouvir opiniões dos associados, ampliar os espaços de convívio nas Instalações da Delegação.

Assim, foram iniciadas obras de adaptação das "Antigas Garagens", para a criação de um espaço que se irá designar "Bar - Centro de Convívio".



As obras desenvolvem-se em bom ritmo e a Direcção espera estarem concluídas em meados do próximo mês de Outubro.

Para a concretização deste objectivo, muito têm contribuído os associados,

visto que têm correspondido ao apelo que lhes têm sido feito, quer regularizando as suas quotas, quer contribuindo através do sorteio já realizado e da aquisição de artigos "ADFA", nomeadamente do emblema.

Os associados que por qualquer motivo ainda não puderam ou não tiveram a oportunidade de participar nesta campanha, não devem deixar de o fazer, pois somente com o apoio e o

contributo de todos será possível realizar o projecto a que nos propusemos, que passa por fazer da Delegação do Porto um espaço de convívio e participação associativa.

Serviços ao dispor dos Associados

Atendimento e Apoio Social

Informação sobre Direitos e Legislação de interesse.

- ADM, cartões, participações.
- Apoio na emissão e renovação de cartões de lista vermelha, verde e azul.
- Declaração de empréstimo para habitação, automóveis e outros.
- Apoio na adaptação de viaturas e do dístico identificativo de deficiente
- Serviços Sociais.
- Assistente do Serviço: Sónia Aguiar

Gabinete Jurídico

- Consultadoria Jurídica.
- Acompanhamento de Processos
- Responsável: Dr.ª Manuela Santos

Bar/ Restaurante

Serviços de almoços:

Dias úteis
Primeiros Sábados do mês

Consultas sobre Stress de Guerra

- Médico: Dr. Gustavo Wallenstein
- Marcações: D. Elisabeth Couto

Campo de Jogos

- Sócios e Familiares.
- Domingos de manhã
- Marcações para utilização noutras datas: João Coelho

Aquisição de viaturas com isenção de impostos

- Viaturas de várias marcas e modelos
- Assistente de Serviço: Elisabeth Couto

Consultas de Próteses e Ortóteses no HMR1 (Porto)

- Outubro: dias 9 e 30
- Novembro: dias 13 e 27
- Dezembro: dia 11

Contactos:

Telf: 02- 820403 e 02- 820744 Fax: 02-825242

Artigos da ADFA à ADFA

Encontram-se ao dispor dos associados um conjunto de artigos "ADFA" cuja receita reverte a favor da angariação de fundos e o seu uso promove a divulgação da ADFA.

- Isqueiros, esferográficas, porta-chaves e relógios;
- Garrafas de Vinho do Porto alusivas ao 20º Aniversário da Delegação;
- Livros;
- Chávenas de Café;
- Guiões e Emblemas da ADFA em prata.

Vende-se

Triciclo motorizado em bom estado.

Contactar Delegação do Porto

Campanha do Emblema

Está em curso a campanha do Emblema da "ADFA".

Usar o Emblema é uma das formas de testemunharmos a nossa ligação afectiva à Organização a que nos orgulhamos pertencer.

Procure-o na Sede ou na tua Delegação.

Convívio de Núcleos reaviva o sentir associativo



Debaixo dos pinheiros no momento dos discursos

Conforme foi anunciado no "ELO" de Julho, realizou-se no Parque de Merendas de Valado de Frades, perto da Nazaré, no dia 7 de Setembro, um "piquenício" onde confraternizaram os associados dos núcleos de Alcobaça, Aveiras, Leiria e Peniche.

Compareceram a esta festa, o 1º e o 2º vice-presidentes, o 1º secretário da DN, respectivamente, Lopes Dias, Catarino Salgado e Patuleia Mendes; e o relator do CFN, Armindo Roque, que também fotografou o evento.

No aprazível pinhal, a partir das 10H00 da manhã,

cerca de 100 pessoas, entre associados e suas esposas e filhos, começaram a concentrar-se debaixo dos frondosos pinheiros que acalmavam o calor de um sol que não se fez rogado neste dia de festa. Os assadores começavam a ser acesos e as brasas já estavam rubras

quando, por volta das 11, chegaram as sardinhas fresquinhas e pequeninas (como devem ser quando são boas), trazidas pelo Zé de Peniche e as febras de Aveiras. Foi o "ver se te avias" que foi um regalo, acompanhado dum bom vinho tinto, logo ali ao lado, a sair do pipo. O pão caseiro era de comer e "chorar" por mais. Até arregalava os olhos. "Isto é que é qualidade de vida"! Vamos mas é deixarmos-nos de restaurantes que aqui no meio do campo é que

é bom!" - diziam os organizadores do encontro.

VELHOS SÃO OS TRAPÓS

E foi de tal forma bom que toda a gente cantou até se pôr o Sol. E já depois disso, os últimos resistentes, ainda tocavam viola e cantavam, à luz das estrelas, baladas "românticas" dos "anos 60". E perante toda esta alegria de viver que ali se viu, vão lá dizer que estamos a ficar velhos! "Velhos são os trapos".



A lançar a malha

Os mais expeditos agarraram-se às malhas e mostraram a quem quis ver,

que eram homens de pontaria. Para outros foi uma oportunidade de conhecerem este popular jogo, e aqui, a azelhice, era por vezes tão grande, que nem na madeira tocavam. Mas aquilo, bem ou mal, foi toda a tarde a mandar a malha.

Mas não se pense que foi só rir e folgar. Os associados mostravam a maior preocupação sobre os acontecimentos que estavam a decorrer no interior da ADFA (a crise da DN) e disseram claramente aos membros

cerimónias nem panos quentes. Mas falou-se sobretudo dos graves problemas que nos afligem, nomeadamente o dos deficientes em serviço. Patuleia Mendes, o elemento da DN responsável pelo acompanhamento da organização deste encontro, num breve improviso, lembrou aos associados, o empenhamento da DN em levar a cabo as promessas feitas. Que nada melhor do que juntarem-se às bases da associação, em encontros desta índole, onde, informalmente, possam recolher o apoio dos associados, sentir a sua solidariedade e ouvir as suas críticas.

Os associados dos diversos núcleos discutiram entre si, a possibilidade da criação de uma delegação em Leiria. Palavras soltas, onde se notava algum bairrismo, foram suficientes para nos apercebermos que esta é uma questão muito polémica, tanto mais que aquela cidade se situa na área da Delegação de Coimbra.

daquele órgão, ali presentes, o que pensavam sobre tão melindroso assunto, sem

A ADFA na Comunicação Social

Programa de Rádio "Antes que Seja Tarde", de Carlos Pinto Coelho

A problemática da integração das pessoas com deficiência foi, por duas vezes consecutivas, tema de debate no programa de rádio de Carlos Pinto Coelho, "Antes que Seja Tarde", na Antena 1.

No primeiro programa estiveram representados a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), o Ministério da Educação, a Federação Portuguesa de Desporto e a ADFA, entre outros; o Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPCD), encontrava-se em linha.

Vieira Dias adiantou que entrou em vigor um diploma que visa a diminuição das barreiras arquitectónicas nos edifícios públicos e equipamentos sociais (embora ainda não contemple o sector da construção civil) e frisou a importância da mediatização da problemática da deficiência para se conseguir uma nova política de reabilitação.

Quanto à participação da nossa Associação, Carlos Pinto Coelho praticamente se limitou a informar que a ADFA lá estava e, no fecho do programa, que ela lá tinha estado. A Lavouras Lopes não foi dada a oportunidade de concluir sequer o racioncínio.

A Segunda "Tentativa"

No segundo programa encontravam-se na mesa Adalberto Fernandes, do SNRIPCD; Filomena Pereira, coordenadora do Núcleo de Orientação Educativa e Educação Especial do Ministério da Educação; Susana Barroso, campeã paralímpica de natação; Jorge Vilela, da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, e Cândido Patuleia Mendes, da ADFA.

Foi abordado o problema da falta de informação de que sofrem os portadores de deficiência sobre os serviços disponíveis, e sublinhou-se que a tónica deve continuar a ser centrada no facto das pessoas com deficiência deverem ser tratadas, acima de tudo, como pessoas, pois continuam a ser encaradas como diferentes.

A questão da acessibilidade e das barreiras físicas foi das mais debatidas. Como lembrou Patuleia Mendes, não são as condições de acessibilidade que encarecem os edifícios, pois, por exemplo, uma rampa serve tanto ao utilizador de cadeira

de rodas como ao idoso, à mãe com um carrinho de bebé, etc.. Os arquitectos é que não são, durante a sua formação, alertados para estes problemas, quando na cidade de Lisboa até seria fácil aproveitar declives e desniveis para rampas. Concluiu-se, mais uma vez, que as barreiras são mais culturais do que físicas.

Ficou por dar a resposta à pergunta: mesmo quando houver leis que obriguem a que a construção tenha em conta a mobilidade dos portadores de deficiências motoras, quem as vai fazer cumprir?

Em linha com o programa esteve, de novo, o Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Vieira Dias mostrou-se particularmente interessado na temática da acessibilidade informativa, ou seja, o conhecimento que a pessoa com deficiência devia ter dos seus direitos constitucionais (e outros). O acesso a esse direito passa pela participação activa de todos os portadores de deficiência nas várias iniciativas, a nível associativo, institucional e a todos os outros níveis.

Foi ainda referido que o trabalho que está por fazer é um trabalho de toda a gente, não se podendo esperar que seja o Estado a fazer tudo. A sociedade também tem que assumir certas responsabilidades no seu quotidiano.

Perante um moderador cuja sofreguidão por imprimir ritmo ao programa e obsessão por informações concretas chegaram a tocar as raias da má educação, nem sempre foi fácil aos intervenientes... intervirem.

No entanto, o programa acabou por se revestir de bastante interesse, com os convidados a poderem expressar com mais liberdade as suas ideias do que no início. A Carlos Pinto Coelho resta-nos reconhecer o facto de ter dado um bom contributo para o tema da integração das pessoas com deficiência ter ganho, por uns momentos, a desejada mediatização, e ficar, assim, cada vez mais próximo do público em geral.

Para terminar, um exemplo de como nem tudo é mau e sempre se vão fazendo edifícios "acessíveis": nas instalações da Portugal Telecom existe uma escadaria com o símbolo de acessibilidade a cadeiras de rodas. Por baixo lê-se: "ACESSO PELA CAVE".

Marta Gouveia

Viva a República sempre

5 de Outubro de 1910. Finalmente tinha sido derrubado o regime monárquico que, durante séculos, tinha sido responsável pela apatia e pelo opróbrio do povo, pela miséria, pelo mau-estar e pelas grandes necessidades que se sentiam em todos os domínios. A muralha intransponível entre fidalgos, clero e o povo, começou a ser destruída com o advento do Liberalismo, primeiro passo para o surgimento do pré-Republicanismo.

5 de Outubro de 1910, a República que nasceu do sangue que correu pelas ruas, do desespero e da luta daqueles que pretendiam oferecer aos seus irmãos a possibilidade de viver com honra, de transformar estruturas arcaicas de acordo com as realidades do novo Século, de criar um País Novo, onde todos se pudessem sentir iguais, livres e fraternos, e onde, pedra sobre pedra, se iria alcançar o Templo da Solidariedade, da Justiça e da Vontade, pilares fundamentais para o alcance das necessidades de um povo esfomeado de esperança.

5 de Outubro de 1910, perdura indelevelmente no nosso espírito, intimamente ligado às nossas aspirações, ao nosso querer e ao nosso esforço de trabalho árduo.

5 de Outubro de 1910, conseguiu vincar, na nossa memória colectiva, que não esquecéssemos a Liberdade e a alegria da Constituição que aprendemos no limiar deste tempo, dando-nos poder e forças para ir contrariando os laços negros da ditadura de 48 anos.

5 de Outubro de 1910, é de todos os que crêem na completa viragem que estamos a atravessar nos diferentes moldes em que pudermos pesquisar o futuro, assegurando ao mesmo tempo o bem estar das populações.

Mário Villa-Lobos, Sócio n.º 357

Cooperação com Angola dá novos e seguros passos

Os resultados da recente visita da delegação da ADFA ultrapassaram as expectativas

Como noticiámos no último número, uma delegação da ADFA, constituída pelo Dr. Humberto Sertório, da Direcção Nacional, pelo Dr. Jerónimo de Sousa, da ADFA/CRPG, e pelo Eng. Moutinho Ferreira, da MIRAFORMA, deslocou-se a Angola no período de 22 de Julho a 2 de Agosto para prosseguir os contactos e trabalhos tendentes à concretização do projecto de cooperação entre a ADFA e a AMMIGA, em desenvolvimento desde o início deste ano.

Os passos já dados

Na sequência do protocolo de cooperação assinado em Lisboa, em Dezembro de 1995, entre a nossa Associação e a Associação dos Mutilados Militares da Guerra de Angola (AMMIGA), e da visita efectuada pelo Secretário de Estado da Cooperação às instalações do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), deslocou-se a Angola o Dr. Jerónimo de Sousa, integrado na comitiva do Presidente da República.

Desta deslocação surgiu a necessidade de se aprofundar o diagnóstico e a caracterização da actuação da ADFA e da AMMIGA, relativamente ao projecto de reabilitação, formação e integração social dos militares deficientes, com o patrocínio dos governos de ambos os países, bem como perspectivar a colaboração na área das actividades económicas que possam vir a criar mais valias, a ser investidas no apoio a iniciativas sociais de ambas as associações e seus associados.

Um programa repleto de contactos e de intenso trabalho

Os primeiros contactos iniciaram-se logo no dia da chegada, tendo a nossa delegação reunido com a Direcção da AMMIGA para trocarem impressões sobre o programa dos trabalhos e dos contactos a efectuar durante os 12 dias de permanência em Angola, ressaltando logo neste primeiro encontro o que seria uma das tónicas constantes desta visita: a esperança dos deficientes militares angolanos neste projecto, para a sua reabilitação física e funcional, e a premência que esta cooperação tem em se tornar uma realidade no mais curto prazo.

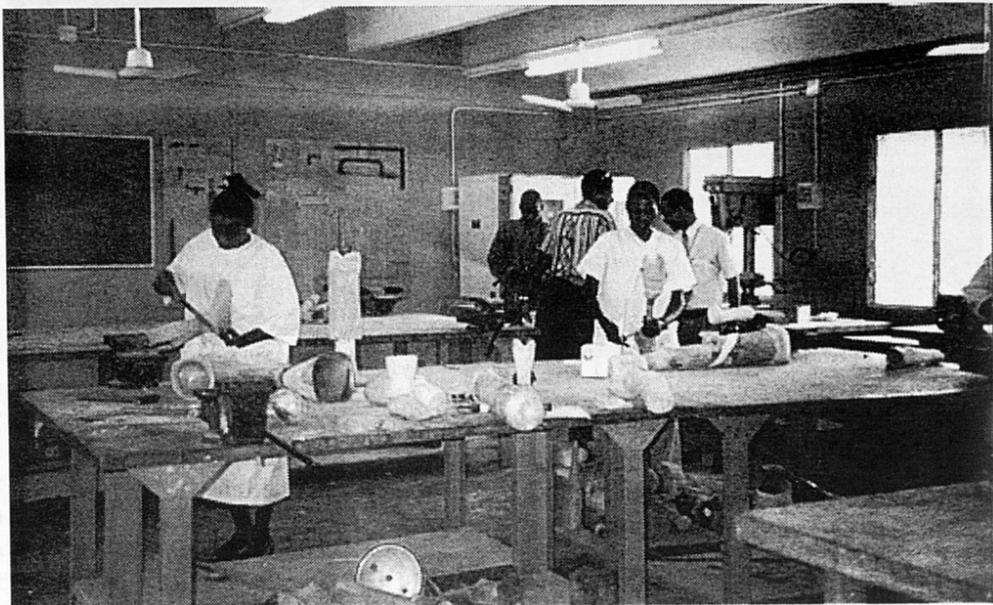
O rol dos encontros protocolares e das reuniões de trabalho mantidos pela delegação da ADFA é extenso

e envolveu as autoridades angolanas mais directamente interessadas neste projecto.

A primeira reunião envolveu as entidades com quem a nossa delegação iria trabalhar mais de perto durante a sua estada em Luanda: o Vice-Ministro para a Administração e Finanças do Ministério da Defesa Nacional, General N'gongo, o Director Nacional da Segurança Social das Forças Armadas Angolanas, General Renato Campos, o Brigadeiro

que receberam os representantes da ADFA ou com quem tiveram reuniões de trabalho, contaram-se o Vice-Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, o Vice-Ministro da Saúde, o Secretário de Estado dos Antigos Combatentes e o Ministro da Defesa Nacional, General Pedro Sebastião, que aceitou o convite de visitar a sede nacional da ADFA em próxima visita que efectue a Portugal.

Os contactos e reuniões



Oficina de próteses do Centro de Reabilitação de Viana

governo aos deficientes militares. Esteve também na Funda, no local onde está previsto ser instalado o futuro Centro de Reabilitação, em

confeccões INVESTRO, em inactividade, será a primeira fatia desse património a beneficiar da colaboração da MIRAFORMA para retomar a laboração.

Para a implementação da cooperação no campo das actividades económicas a AMMIGA, através da sua empresa AMIGAR, e a ADFA, através da MIRAFORMA, celebraram um protocolo de cooperação especificamente para desenvolverem essas actividades.

O balanço de uma visita

O resultado dos trabalhos desenvolvidos pode ver-se consubstanciado nos protocolos assinados no último dia de visita, no Ministério da Defesa Nacional. Estes documentos ficam a constituir instrumentos preciosos que contêm os princípios que irão enformar o edifício da cooperação nas áreas da reabilitação e económica, entre a AMMIGA e a ADFA, com o patrocínio dos

governos de Angola e de Portugal.

Os objectivos a que se propuseram os elementos desta delegação foram atingidos na sua plenitude, tendo, em alguns casos, ultrapassado a sua própria expectativa. Nomeadamente, nos insistentes pedidos de apoio e colaboração no âmbito da reabilitação funcional, profissional e inserção na sociedade dos militares deficientes, por parte das entidades governamentais com quem tiveram oportunidade de contactar.

As carências observadas neste sector da população necessitam de uma intervenção urgente (que o governo de Angola só por si não tem condições de levar a cabo) capaz de lhes poder minimizar o sofrimento e lhes poder perspectivar um futuro com algumas condições, sem o que, a não ser tomada qualquer medida neste sentido, pode vir a curto prazo, a degenerar numa situação de conflito.



Reunião com a Direcção da AMMIGA

“Pety”, o T. Cor. Neto Miguel, o Dr. Diavita, do Ministério da Saúde, e a Dr. Domingas, da Direcção Nacional dos Serviços Sociais.

Este encontro teve como principal ponto da ordem de trabalhos a caracterização das necessidades de Angola no âmbito da reabilitação e da integração social dos militares mutilados, bem como a definição dos objectivos e princípios fundamentais que nortearão a actuação da ADFA e da AMMIGA, como o apoio dos respectivos governos, na implementação do projecto do Centro de Reabilitação e das suas infra-estruturas.

Entre as outras entidades governamentais

envolveram ainda Conselheiros da Embaixada e o próprio Embaixador de Portugal em Angola, o Director da Unidade de Coordenação Humanitária e a Adida para os assuntos económicos da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias.

Os cenários de actuação

A nossa delegação tomou contacto com os locais e estruturas onde incidirá o projecto de cooperação: o Centro de Reabilitação Profissional de Viana e o Centro Residencial de Viana II, composto por 500 habitações distribuídas pelo

construções erigidas de raiz, estando já cedido o terreno por parte do Ministro da Defesa, que também se comprometeu a disponibilizar os apoios necessários para a construção das infra-estruturas.

Ainda na Funda, os representantes da ADFA, na visita que efectuaram ao acantonamento onde vivem cerca de 1500 deficientes militares, foram recebidos por estes com grande regozijo e esperanças de que a cooperação em perspectiva lhes possa vir a trazer um futuro mais promissor.

A vertente económica

A AMMIGA possui um vasto património que deseja rendibilizado. A fábrica de

APELO À SOLIDARIEDADE

A delegação da ADFA foi portadora de um pedido da Direcção da AMMIGA no sentido da ADFA promover uma campanha junto da comunidade portuguesa para angariação de meios que permitam suprir algumas das carências dos seus associados. Pedem, sobretudo, roupas usadas, calçado, material de escritório e medicamentos.

Começamos por transmitir este apelo aos associados e amigos da ADFA que queiram participar

Visita do Ministro dos Combatentes da Guiné-Bissau à ADFA



A Embaixada da Guiné-Bissau contactou a ADFA no sentido de o presidente da DN receber o Ministro dos Combatentes da Liberdade da Pátria daquele país que na altura se encontrava em Portugal para desenvolver contactos junto do Governo português e de organizações não governamentais, a fim de conseguir apoios para acções de reabilitação social e profissional dos deficientes militares e ex-combatentes.

A reunião com a Direcção Nacional decorreu na nossa Sede, no dia 4 de Setembro à tarde, e estiveram presentes representantes de todos os Órgãos Sociais Nacionais. A ADFA começou por dar as boas vindas ao Sr. Ministro e considerou muito honrosa a visita de um membro do Governo daquele país irmão.

A ADFA foi informada por Arafam Mané das grandes preocupações do Governo da Guiné-Bissau em relação à integração dos milhares de deficientes militares e ex-combatentes e seus familiares, uma vez que, dadas as enormes dificuldades económicas daquele país, não poder, sem apoio externo, prover às necessidades destes cidadãos.

A criação de um ministério específico para tratar desta matéria, em substituição da anterior Secretaria de Estado, é sintomático da gravidade dos problemas e da importância que o governo guineense lhe confere.

O Ministro entregou à ADFA "Programa de Emergência para a Assistência Social" do seu ministério, onde se preconizam objectivos a curto, médio e longo, prazo, que

visam a criação de centros de reabilitação, de policlínicas, cooperativas de produção em diversas áreas, etc...

A ADFA manifestou a sua disponibilidade para cooperar com a Guiné-Bissau a exemplo do que já se faz em Angola. Neste caso concreto e desde que o governo português, através da Secretaria de Estado da Cooperação disponibilize as verbas necessárias, a ADFA poderia cooperar na recuperação do Centro de Reabilitação Motora de Brá, tendo como base a experiência adquirida no CRPG.

O Governo da Guiné "vê com bons olhos" a organização de viagens turísticas de antigos combatentes portugueses aos locais onde prestaram serviço militar durante a Guerra Colonial.

O Coronel Arafam Mané informou que o seu governo estará totalmente disponível para que da parte de Portugal se desencadeiem acções que visem honrar a memória dos soldados que por lá se encontram sepultados, dando maior dignidade às suas campas.

Núcleo da ADFA em Moçambique

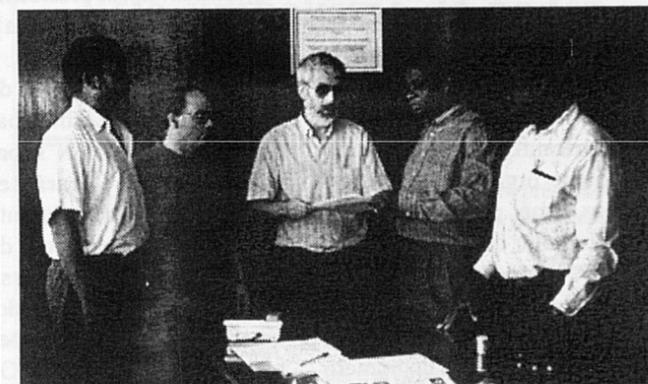
A Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, nos termos dos artigos 57º e 58º dos Estatutos desta Associação credenciou, no dia 29 de Maio os associados Gabriel Mubanguiane, sócio nº10238, Cheia Aly, sócio nº10892 e Salvador Filimone Pene, sócio nº11017, para convocar os associados residentes em Moçambique e presidir à eleição da Direcção do Núcleo da ADFA em Maputo.

Estes associados realizaram um plenário de associados efectivos, no dia 29 de Junho, onde elegeram a Direcção do Núcleo que ficou constituída pelos seguintes associados: Presidente Gabriel Mubanguiane, (10238); Vice-Presidente, João Manhula Cassimo (9754); Secretário, Titos David Cuna (13653); Suplentes Valente Fabião Simbine (13654) e Domingos Joaquim Filipe Gonçalves (13665).

Os elementos eleitos para a Direcção do Núcleo assinaram, no dia 29 de Junho, a posse dos respectivos cargos, numa cerimónia onde estiveram também presentes o Cônsul-Geral de Portugal no Maputo, Dr. João Maria Cabral e o Adido de Defesa da Embaixada de Portugal em Moçambique, Coronel Alfredo Pinto da Silva acompanhados das respectivas esposas.

Posteriormente, realizou-se uma reunião na Sede da ADFA, em Lisboa, no dia 22-05-96 entre a Direcção Nacional e os elementos eleitos para a Direcção do Núcleo da ADFA em Moçambique foram empossados pela DN no passado dia 29 de Maio.

Após a Tomada de Posse realizou-se uma reunião na Sede entre a DN e os elementos eleitos para a Direcção do Núcleo da ADFA em Moçambique, que se encontram provisoriamente a viver em Portugal. Nessa reunião foi entregue por esses sócios todo o processo do acto eleitoral e que formalizou, de acordo com os Estatutos da ADFA recentemente aprovados (que legalizam a existências de núcleos da ADFA no estrangeiro), o início da actividade do mais jovem Núcleo da nossa Associação.



Entrega dos documentos na Sede da ADFA

Neste encontro a Direcção Nacional e os elementos do Núcleo aprofundaram os objectivos desta estrutura associativa, e ficou acordado que prioritariamente iria desenvolver as seguintes acções:

1º - Levantamento de todos os deficientes das Forças Armadas Portuguesas residentes em Moçambique, tendo em atenção a situação sócio-familiar, profissional e médico-protésica.

2º - Elaborar um projecto para a construção de uma Sede própria cuja viabilidade será posteriormente analisada pela Direcção Nacional.

3º - Dinamizar a vida associativa de forma a motivar os sócios para a participação activa da ADFA e para o cumprimento de todos os deveres e direitos estatutariamente definidos.

4º - Continuar a zelar pela dignidade das campas dos militares portugueses sepultados no cemitério do Maputo.

5º - Continuar a aprofundar as relações entre esta estrutura associativa com o corpo diplomático português e as autoridades civis e militares moçambicanas.

Durante esta reunião a Direcção Nacional entregou a estes elementos do Núcleo uma bandeira da ADFA e algum material de dinamização para publicitar a imagem da ADFA em Moçambique.

Com o objectivo de preparar quadros para o funcionamento deste núcleo estagiaram nos serviços da Sede Nacional, durante os meses de Junho e Julho, os associados Domingos Gonçalves, Titos David Cuna e Valente Fabião Simbine.

Os associados moçambicanos que se encontram a residir no Hospital Militar Principal (Anexo) organizaram aí, apoiados pela ADFA, um almoço de confraternização para festejar a abertura formal do seu Núcleo.

Direito de Voto em Eleições Locais

Reconhecido aos Cidadãos de Países de Língua Oficial Portuguesa

Foi publicada a Lei nº 50/96, de 4 de Setembro, que regulamenta o direito de votar e ser eleito nas eleições locais por parte dos cidadãos comunitários e oriundos de países lusófonos, bem como estrangeiros residentes em Portugal na base da reciprocidade.

De acordo com a lei, podem votar os cidadãos dos países de língua oficial portuguesa com residência legal há mais de dois anos, se no seu país de origem os cidadãos portugueses gozarem de igual direito. São elegíveis os cidadãos de países de língua oficial portuguesa com residência em Portugal há mais de quatro anos se, de igual modo, no seu país de origem os cidadãos portugueses tiverem o mesmo direito.

Quanto aos cidadãos da União Europeia, a lei apenas estabelece como condição para serem eleitores e elegíveis que no seu país de origem os cidadãos portugueses gozem da mesma regalia.

Para exercer os direitos de votar e/ou de ser eleito é necessário estar recenseado na área da respectiva autarquia e fazer parte das listas dos países a cujos

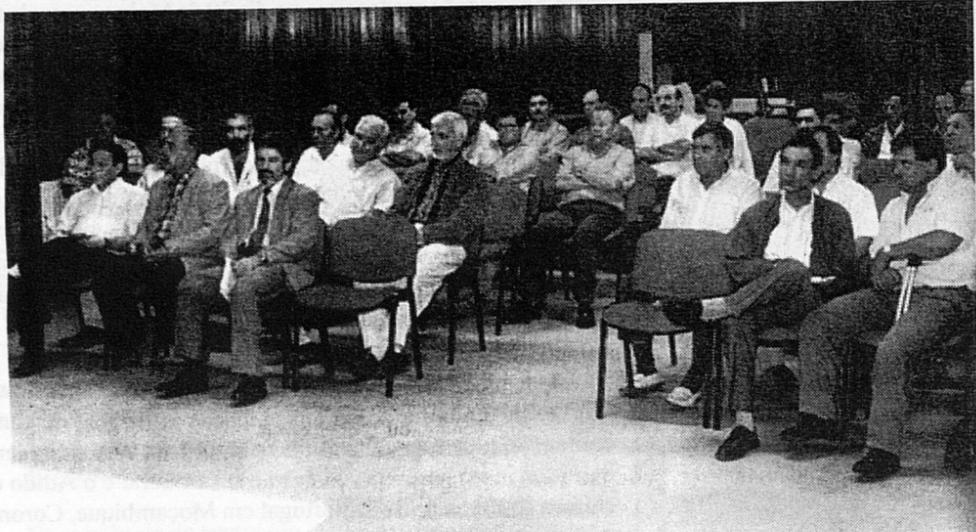
cidadãos é reconhecida capacidade eleitoral, publicadas em Diário da República 1ª Série-A.

Trata-se de uma lei aprovada por unanimidade, fundamental para a integração da comunidade imigrante no nosso país.

Cada assinante do "ELO" é um amigo da ADFA

Reunião da DN com os sócios na Sede Nacional

O Governo ainda não deu resposta às reivindicações legislativas da ADFA



No salão da Sede, realizou-se, no dia 13 de Setembro, às 20H30, uma reunião entre a Direcção Nacional (DN) e cerca de cinquenta sócios. Estiveram presentes todos os elementos da DN excepto o presidente, (por impedimento de ordem profissional) e o 2º vice-presidente (que se encontrava em Chipre numa reunião da FMAC).

O 1º vice-presidente da DN, Lopes Dias, abriu os trabalhos com informações sobre o 1º ponto agendado: "Remodelação da Direcção Nacional". Afirmou que aquele órgão tinha passado por uma crise resultante sobretudo da dificuldade de relacionamento inter-pessoal dos seus elementos; adiantou que estes problemas resultam, também, do facto do número dos seus membros ter sido alargado, de cinco para sete, na última revisão estatutária.

Lopes Dias disse ainda que a MAGN desenvolveu todos os esforços no apoio à resolução deste problema. Informou também que, em paralelo, as delegações tomaram posição numa reunião que teve lugar em Julho, na nossa Sede.

Finalmente, a reunião da DN realizada no dia 9 de Setembro, concluiu ser possível a continuidade em funcionamento de todos os seus elementos, se bem que se tenha de proceder a alterações na sua forma de articulação.

Sobre este assunto entrevistaram vários associados que expressaram o seu descontentamento em relação a este problema, e consideraram que o mesmo deve ser totalmente resolvido ou, em alternativa, realizar novas eleições; que esta situação não deve repetir-se, uma vez que a ADFA não pode estar a desperdiçar energias com assuntos destes,

quando existem tantos e tão grandes problemas para resolver. Um sócio chegou mesmo a afirmar que se a DN considera não ter condições de trabalho, "que se demita e convoque novas eleições", pois na ADFA nunca houve dificuldade em arranjar elementos para os órgãos. Particularmente criticada foi a ausência, que alguns sócios consideraram "injustificável", do presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes.

Passou-se ao 2º ponto da ordem de trabalhos: "Informações da DN sobre medidas de carácter legislativo", embora durante este período o problema da demissão da DN tivesse continuado a ser discutido, uma vez que estas reuniões não são deliberativas. Os sócios habituaram-se a falar livremente de todos os assuntos, mesmo daqueles que não estão agendados, pois o que a DN pretende com estas reuniões é obter contributos dos associados para a resolução dos problemas, *pequenos e grandes*, que se lhe colocam.

A DN começou por informar que o Ministério da Defesa Nacional ainda não deu resposta à proposta de alteração legislativa que a ADFA lhe apresentou.

Disse ainda que houve uma reunião com o assessor jurídico daquele ministério sobre os militares integrados ou em serviço na missão de implementação de paz na Bósnia. (ver notícia neste número do "ELO")

FALTA DE VERBAS PARA AS PRÓTESES

A DN informou também que estão a existir novamente problemas de falta de verbas para o pagamento de próteses pelo que foram já pedidas reuniões urgentes com o

Secretário de Estado da Defesa Nacional e com o Chefe de Estado Maior do Exército (ver notícia neste jornal).

JÁ É ALTURA DE PERDER A PACIÊNCIA

Sobre todas estas informações, houve reacções bastante violentas por parte de alguns associados, que de uma forma geral consideraram que a DN se encontra acomodada, com pouca "genica". A determinado passo um dos associados disse que "já é altura de perdermos a paciência". Considerou também a acção da IFOR na Bósnia uma intervenção militar americana, ao serviço dos interesses estratégicos americanos, e que apesar disso o governo português já gastou 12 milhões de contos ou talvez 20 milhões, e que em contrapartida continua a não haver dinheiro para resolver os gravíssimos problemas dos deficientes militares da guerra colonial.

FALTA DE INDIGNAÇÃO

Outro sócio chamou a atenção para o facto de a opinião pública estar a ser novamente intoxicada com a ideia de que os soldados são uns desleixados. Que ficam deficientes e sofrem acidentados simplesmente porque não cumprem as normas, como se se pudesse comparar uma guerra à condução de um automóvel.

Numa outra intervenção, um associado criticou a forma (que considerou grave) pouco indignada como a DN se pronunciou a propósito da falta de sensibilidade que têm sentido por parte do governo para com os deficientes sem pensão, tanto mais que este assunto é a bandeira

reivindicativa dos actuais órgãos sociais e que a resolução deste assunto fora prometida aos associados quando se candidataram. Por isso, a DN que foi eleita para dirigir, para "comandar", não se deve colocar na posição de "estar à espera de ser empurrada pelos sócios para a tomada das decisões necessárias à obtenção dos objectivos propostos. Antes pelo contrário, deve ser ela própria a tomar a iniciativa e se assim não fizer, estará, objectivamente, diga-o ou não, numa atitude demissionista das suas obrigações de dirigir".

NÃO NOS LEVAM SÓ COM CONVERSA

A estas intervenções, a DN respondeu que tem uma estratégia e que a mesma tem estado a ser implementada. Que a forma mais ou menos "indignada" como se dizem as coisas não tem nada a ver com os factos. Adiantou que o que se passa efectivamente é que o governo não estava habituado a falar com uma ADFA que tivesse posições tão claras sobre aquilo que quer. Que esse mesmo governo sabe perfeitamente que "não nos levam só com conversa" e é exactamente por isso que existe dificuldade de diálogo. "Agora as coisas começam a aquecer", uma vez que está a terminar o prazo dado na AGN de 13 de Abril deste ano (seis meses) para o governo dar uma resposta.

Um outro assunto que foi discutido foi o do funcionamento, ou não, do Conselho de Reabilitação. A este propósito, um sócio, membro deste conselho, disse que lhes é fornecida pouca informação específica. Apresentou como exemplo a necessidade de possuir dados mais detalhados sobre as negociações com Angola para a construção de um Centro de Reabilitação. A DN informou que todos os conselheiros recebem sistematicamente toda a informação; que o problema residia no facto de o Conselho de Reabilitação não funcionar por falta de comparência às reuniões dos seus membros (só tem comparecido um elemento). Perante esta situação, e no caso de ela se manter, a DN está na disposição de apresentar uma proposta ao Conselho Nacional, (órgão que nomeia os membros dos conselhos, de acordo com os estatutos) que vise resolver este problema.

Poeticamente

Ao correr alguns poemas para fazer o "poeticamente", fixe-me nas Coordenadas.

Não é fácil escrever sem pontuação, não só pela obrigatoriedade dos seus requisitos, como pela necessidade do seu uso, para em frases curtas, como é o caso da poesia, dar ênfase ao canto.

Mas o Poeta José Correia Tavares, não só o fez, como nos delicia com um verdadeiro "hinozinho" à poesia.

José Correia Tavares, nasceu em Castelo Branco e pertence à Direcção da Associação Portuguesa de Escritores, onde há vários anos a esta parte tem vindo a fazer um trabalho muito meritório em defesa da literatura e dos escritores portugueses.

Coordenadas

*Gosto da poesia tapando a boca
e com sangue a jorrar por entre os dedos
humilde pedindo desculpa
das manchas deixadas na parede*

*Gosto de a ver depois de hemoptise
apoiada num verso para cobrar alento
cabeça bem erguida os cabelos ao vento
rindo de quem sabe atrás das cortinas*

*Gosto de a ver passar nas ruas à tardinha
fechada num caixão sem
acompanhamento
enquanto param e tiram o chapéu
mais por obrigação do que por
sentimento*

*Gosto de a ouvir mais tarde já
ressuscitada
ao terceiro século ou ao terceiro dia
gabar-se de não dever nada
a não ser à poesia.*

Neste poema, do primeiro ao último verso, como sereno galopar de brioso alazão, nobremente armado e conduzido por delicioso prado, vemos nele ritmo e uma musicalidade permanente que nos leva a sustar a respiração e voltar a revê-lo.

Também as expressões: sangue, hemoptise, caixão, pelo que significam normalmente nos arrepiam...

Em Coordenadas, funcionam com as suas principais colunas, dando-lhe beleza indispensável ao ornamento de que se reveste a poesia.

O poeta quis dizer-nos em Coordenadas como gosta de ver a poesia.

Poderia tê-lo feito de outra forma. Mas as imagens poéticas estão de tal maneira bem servidas que nos apetece, não só tê-las por alimento, como embriagar-mo-nos com tão singela revelação.

Sá Flores

Reunião de sócios

18 Outubro de 1996, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 18 de Outubro, sexta-feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Desenvolvimento da Estratégia legislativa face aos contactos com o Ministério da Defesa.
- 2 - Informações gerais

Lisboa, 26 de Setembro de 1996

A Direcção Nacional

Responsabilidades Associativas

Todos os dias somos bombardeados pela palavra "igualdade".

É em nome da igualdade que nós homens, procuramos congregarmos à nossa volta todos os (DFA) Deficientes das Forças Armadas de uma forma participativa para que não se entreguem às mais sórdidas depravações que se acompanham os doentes terminais ou se lhes abrevie a morte.

Trata-se da igualdade de que fala a Constituição Portuguesa, da igualdade de oportunidades conforme o refere o Dec.Lel 43/76 de 20 de Janeiro, não se trata de uma mercadoria para comprar, vender ou "fazer" ao sabor dos apetites de cada um.

Estão cada vez mais infelizes e desiludidos por causa da igualdade os Deficientes das Forças Armadas, por verem que o sentido da igualdade anda por aí totalmente adulterado.

Como pode falar-se da igualdade ou em nome da igualdade: Quem defende a intriga, provoca a desunião, quando a igualdade é tudo?

Quem só pensa em si próprio, porque o amor pelas pessoas, a igualdade, a ADFA é dar-se?

Quem promove a dissolução da ADFA, quando os associados são a união, a paz?

Quem repudia as dificuldades, quando o amor, a igualdade, a entrega total ao próximo implica sacrifício?

Na igualdade está implícito um dar-se, suponho entrega total de quem ama a igualdade, o faz prescindir do "do eu"; isso implica dor, violência sobre si próprio, já que toda a pessoa é naturalmente egocêntrica e egoísta.

Como se pode defender a dissolução de um órgão de uma família, quando a Associação implica uma entrega recíproca que, sem deixar de existir o "eu" e o "tu", na realidade o que passa a existir é o "nós"?

Aceitar a dissolução de um órgão, é aplaudir a tendência imatura e egoísta de alguma pessoa para a fuga aos compromissos assumidos, é não dar valor ao sentido da honra de quem 'jurou fidelidade a um projecto que faria pessoas felizes, em que veria nisso a sua própria felicidade.

Todos os mandatos, projectos, são para levar até ao fim. É assim que vejo a vida, porque a rotura traz consigo a desilusão. Como entender a dor de associados repudiados pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, abandonados e desprezados nos seus mais elementares direitos?

Como, de facto, acreditar na sinceridade de pessoas que abandonam um projecto, quando a igualdade cada vez mais é posta em causa, como seja o exemplo das promoções, graduações a que todos os Deficientes das Forças Armadas têm direito, conforme decisão da Procuradoria Geral da República?

Explique-se, haja coragem, porque não funciona a igualdade para as praças do Exército e da Força Aérea, em uníssono com os marinheiros, todos abrangidos pelo Dec.Lel 43/76 de 20 de Janeiro! Isto não é inconstitucional, Exmo Senhor Procurador Geral da República, menina ADFA?

O direito à igualdade nos escalões acompanhando os militares do activo é outra injustiça, outra desigualdade de critérios. Os trinta e seis anos de serviço contados aos DFA, dão-lhe direito a estarem no último escalão do posto como militares do activo, sempre actualizados automaticamente como o refere toda a legislação existente.

Assistência médica. Não se compreende que volvidos estes anos depois do grito de liberdade, ainda se continue "ao sabor do vento e tempestades"!

Em todos os serviços, a Marinha actua de uma forma, a Força Aérea de outra e o Exército de outra, é assim, não por culpa dos serviços, acredito que sim mas por o sistema não estar à altura das próprias exigências do Mundo de hoje. Para quando a criação de um Ministério que coordene todos os assuntos dos deficientes militares em uníssono?

As diferenças, as desigualdades são abismais entre todos os deficientes militares; Que o digam os deficientes em serviço que, ao serviço da Pátria contraíram as deficiências de que sofrem e estão à margem, abrangidos pelo Estatuto de Aposentação da função pública.

Não é a fuga às responsabilidades, aos compromissos assumidos é a pugnar igualdade que um grupo deve permanecer unido em de defesa de um projecto em que todos depositamos grandes esperanças

A igualdade vai ter que se fazer. O sentir da ADFA que compreende estas situações de injustiça, vai com certeza junto dos responsáveis enquadrar todos os casos. Fazer sentir a estes Homens gosto pela vida, dignos cidadãos de Portugal.

Não fuja às responsabilidades, porque fugir não resolve nada, vamos pugnar pela regulamentação de toda a legislação que abrange os Deficientes das Forças Armadas. Assumam-nos na procura da igualdade, da felicidade do próximo e basear nisso o seu, nosso, próprio bem.

Associação querida te fiz e vi nascer, não aceites as injustiças, esclarece-te, faz com que todos os teus grandes amigos sejam amantes de verdade, que as águas fiquem mais claras, as pessoas sejam suficientemente sinceras e digam para sempre: amo-te, quero estar contigo e desfrutar sempre do teu belo prazer porque, tu és minha e eu sou teu.

J.G. 684

Memórias da Guerra Colonial A Aposta

Estávamos em Dezembro. O capim alto e seco aparecia a intervalos nas clareiras da mata, de cor amarela a lembrar uma seara pronta para a ceifa.

A picada estendia-se para a nossa frente e podia adivinhar-se mais pela claridade das estrelas que apareciam numa estreita faixa por entre as copas das árvores que se erguiam à esquerda e à direita., numa massa compacta de sombra.

Os homens avançavam agarrados uns aos outros como vagões de um comboio cego. De vez em quando, um punha um pé em falso, cambaleava e todos os outros oscilavam sem largar da mão o cinturão ou as tiras da mochila do camarada da frente. Partir a "coluna", era ter de esperar pela manhã, para voltar a uni-la. A noite africana sem lua, é mesmo noite, opaca como alcatrão.

Verifico as horas no meu relógio de mostrador luminoso. Quatro e trinta da madrugada. Temos ainda quase duas horas de breu para percorrer a distância que nos separa do objectivo: um aglomerado de cubatas onde, segundo informações, dormem guerrilheiros todas as noites.

A nossa missão é apanhá-los de surpresa, se possível a dormir, arrebanhar toda a população e transferi-la para uma das aldeias controladas pela tropa. Para que tudo funcione como o previsto, sem que tenhamos que correr grandes riscos, a aldeia terá de ser cercada no escuro, de outro modo a operação será um fracasso.

A progressão decorre em silêncio absoluto e vagarosamente. Ouve-se apenas o ruído dos passos e a espaços, o estalar seco de algum ramo caído na picada. Se se pudessem ver as caras destes homens, verificar-se-ia que para além do cansaço, nenhuma apreensão ou medo lhes transparece dos rostos. São todos veteranos, habituados a estas andanças e poucos acreditam que os guerrilheiros sejam ingénuos ao ponto de dormirem numa aldeia a céu aberto, sujeitos a serem apanhados, acreditam mais que tudo não passa de uma informação falsa prestada por algum pobre diabo espremido pela Pide, para se safar da tortura.

Pelas cinco horas chegámos ao local e deparou-se-nos um aldeamento enorme sem qualquer hipótese de ser cercado eficazmente por uma só companhia. Constatado esse facto optámos por cercar o lado que confinava com a mata e fazer o "golpe de mão" a partir daí. Mas, qualquer coisa correu mal. Acidentalmente ou porque tivesse sentinelas, a população detectou-nos ainda antes de iniciarmos o assalto, quando ainda dispúnhamos as forças que possuíamos no terreno e começou a fugir em direcção à "bolanha", por onde tinham caminho livre. Um pouco atabalhoadamente foi dada ordem de perseguição e de um momento para o outro, cento e tal homens começaram aos tiros a tudo quanto mexia, ao mesmo tempo que iam incendiando e lançando granadas de mão "ofensivas" para dentro das cubatas. E se é certo que a maioria da população escapou ilesa, uma pequena parte não teve a mesma sorte e morreu ainda antes de se ter podido erguer da esteira onde dormia ...

Feita a busca, nem uma simples munição foi encontrada. Os guerrilheiros, se essa noite ou em alguma outra ali haviam permoitado, tinham sido lesto na fuga e nem o mais pequeno sinal haviam deixado.

Mas, o que eu quero contar, não é o desenrolar da operação em si, que se assemelhou a milhares de outras, nem sequer dar relevo aos inocentes que morreram. Naquela guerra, por cada guerrilheiro que matámos, morreram pelo menos vinte camponeses. O que eu quero contar é uma coisa bem mais cruel... estúpida... e de uma insensibilidade doentia:

Preparavamo-nos já para abandonar a zona, quando um pequeno grupo de três ou quatro soldados que pareciam examinar alguma coisa no meio do capim me chamou a atenção. Curioso, dirigi-me para lá e dei com um homem aparentando cerca de sessenta anos deitado no solo, vestido apenas com a tradicional tanga, que se esvaía em sangue por uma ferida feia, situada à altura do baixo ventre. Aparentemente, a ferida era mortal e o homem estava completamente inanimado, possivelmente até já morto. Pensei que era mais um dos desgraçados que tinha apanhado uma bala perdida, mas cedo mudei de opinião:

De pé olhando-me com um ar triunfal, o soldado Q.... ainda de pistola Waltter na mão, deixou cair as seguintes palavras: - Como eu tinha dito, o tiro da Waltter fura mesmo um gajo de lado a lado! Afinal aquele gajo tinha razão! - E virando-se para o companheiro do lado, acrescentou: - Não te esqueças que me debes uma cerveja...

Fiquei sem pinta de sangue e por momentos quase não pude articular palavra, tal a raiva misturada de mágoa que como um raio me atingiu. Mas que puta de guerra era aquela, onde um homem morria por uma cerveja, às mãos de um pobre diabo, que ainda nem fazia a barba todos os dias e que lá nas berças de onde um dia saiu directamente para a guerra, fugia sempre que a mãe cortava o pescoço às galinhas com que lhe preparava o almoço...

Concluída a operação, a tropa reagrupava-se e retirava. Eu era agora dos últimos da coluna. Da aldeia, onde as chamas já quase se extinguíram, erguem-se ainda rolos de fumo negro. Ao nariz chega-me um cheiro enjoativo e adoçado de carne queimada...

Carmo Vicente

A COLUNA DO ZANGÃO

Chegam as primeiras chuvas de Outono. Uma profunda melancolia invade, invariavelmente, as pessoas nesta época do ano. São os serões que se avizinham maiores... os passeios que começam a escassear...

Contudo, o mundo parece não se incomodar com esta inexorável marcha do tempo.

- Após esta pequena introdução, preparei-me para registar as palavras do nosso amigo zangão, que começou...

- "Não deixa de me fazer uma tremenda confusão a forma como problemas muito semelhantes são tratados de maneira tão diferente. Assistimos hoje a uma internacionalização de conflitos, que nos fazem pensar. Se não, vejamos.

O Sadam atira com um cigarro pela janela fora. Mísseis americanos fazem lembrar, não a ele que nunca sofreu nem uma beliscadura, mas ao povo anónimo, que se portou mal.

Na ex-Jugoslávia, com a democracia plena, diversos sectores da população entraram em conflito armado. Foram os "capacetes azuis"; são agora os "Ifor" (aifor como muitos televisivos locutores gostam de pronunciar).

Agora explique-me quem souber.

Fez recentemente vinte anos que o regime criminoso-fascista da Indonésia invadiu, anexou, e iniciou o massacre do Povo de Timor-Leste.

Já lá estiveram os americanos os denominados polícias do mundo, defensores dos direitos do Homem? Estiveram lá os "capacetes azuis? Os "Ifor" vão para lá? Não.

De vez em quando, uma advertênciazinha, coisa pouca, nas instâncias internacionais.

Quanto à população que sofre toda a sorte de humilhações, física e espirituais ... bom ... o Papa já lá esteve, não é? Na 17.ª. província da Indonésia, não foi?...

Gostaria de terminar com uma ligeira alteração ao poema desse grande poeta que foi Augusto Gil:

QUE QUEM SEJA PECADOR
SOFRA TORMENTOS, ENFIM
MAS O POVO DE TIMOR-LESTE, SENHOR
PORQUE LHE DÁS TANTA DOR
PORQUE O FAZES SOFRER ASSIM.

- " Adeus meus amigos. Eu voltarei!"

Victor Sengo

Do simbolismo do poder ao poder da ruptura

Pensa-se que os sonhos possam ser uma realidade constante e bem viva no nosso quotidiano.

Quão aleatório e descuidada é esta ideia.

Fácil e cômoda, tal e qual a venda de pensamentos pré-concebidos, que satisfaçam por orgulho ou por necessidade, a grandiosidade de mestres enfatuados e falsos.

Os sonhos verdadeiros são velozes e breves, não parando no tempo, angustiantes, épicos, terríficos, ou plenos de felicidade e que correm num espaço de tempo infinitesimalmente pequeno.

-Tudo o resto é fruto desencontrado do subconsciente.

- O sonho da vida nos poetas é premonição, mas a premonição não é um mero sonho, é algo de muito mais profundo, real e assustador.

A vida real é verdadeiramente alarmante, como um turbilhão constante, num entrecrocamento de ideias e posições de trabalho árduo, sem resultados palpáveis, sem sequência e quase desencontrado.

As pessoas que assim vivem, são as "desenraizadas" dum xadrez de ouro e cuja vitória total envolve um todo completo, pertença egoísta dos mais hábeis, dos oportunistas e por fim, dos poucos iluminados que existam.

Esta é uma visão triste, despovoada e porventura pessimista, que leva, ao fim de algum tempo, à apatia e ao desinteresse de tudo o que poderia contribuir para um verdadeiro bem estar psicológico e social.

Desta forma, quase que se implora que os "bem-aventurados" tomem conta do poder, que julguem o nosso mal estar e o esqueçam rapidamente, deixando-os livremente usufruir das inúmeras situações que levam à glória e a um rasto sem fim de "benesses" individuais.

Dos outros, dos poucos "iluminados" existentes, pouco reza a história. A sua força, o seu dinamismo, a sua capacidade e a sua vontade de bem servir, sem qualquer tipo de interesses, são postos em causa pelos restantes elementos do elenco. Chegou-se, finalmente, a um duelo político lamentável e desolador. Entrou-se numa vergonhosa caminhada de contínuos choques e confrontos.

Estreou-se o fingimento, a desconfiança, os braços-de-ferro e descontrolo, inaugurou-se o desleixo coberto de prata.

É este, o famoso momento do simbolismo do poder, que se transforma na expressão de grande verdade: O Simulacro.

Difícil se torna fazer futurologia, mas de um asfalto cinzento desenrola-se em espiral uma espessa e negra nuvem de fumo que lembra em parte as lendas vampírescas dos séculos XVIII e XIX e onde o cheiro a carne putrefacta se passeia nas alturas.

Da Ruptura do Poder entrou-se galopantemente no Poder da Ruptura, situação esta muito mais grave, e que origina, o anarquismo conquistado, o desaparecimento definitivo da raiz da estabilidade e a visão antecipada e precoce da destruição.

Tornam-se assim muito difíceis os tempos que correm, e onde as dúvidas, os esquecimentos, a falta de vontade política, e a falta de esclarecimentos públicos sobre as grandes questões que nos preocupam se tendem claramente a aguadizar.

Mas outros ciclos virão, nesta imensidão do Tempo em que vivemos e onde a participação de todos será fundamental.

Ao contrário do poeta afirmo: O Sonho não comanda a vida.

Mário Villa-Lobos, sócio n.º 357

Parentes pobres

Deficientes em serviço reuniram com a Direcção Nacional

A pedido dos subscritores da carta publicada no último ELO, sob o título "Parentes Pobres...", a DN recebeu, imediatamente antes da reunião de sócios, levada a efeito na sede, a 13 de Setembro, os respectivos autores, associados Albino Maia, Francisco Pereira Marques e Américo Vieira Figueiredo.

Foi claramente realçado por estes que o seu desejo de união dos deficientes militares sem pensão, dos considerados em serviço e das viúvas. Pretende-se criar um processo aglutinador que se desenvolverá, só se os interessados assim o quiserem, e no seio da

própria ADFA, estando afastado do seu espírito qualquer sentimento ou ideal divisionista; reconheceram que, pelo contrário, é dentro da Associação que estes assuntos devem ser debatidos, garantindo-se à DN o apoio dinâmico na retaguarda, que a impulse e incentive na defesa das justas reivindicações daqueles deficientes militares e suas famílias.

A DN salientou a valia destes movimentos de base, dentro da prática associativa, e exortou os deficientes não englobados pelo dec. lei 43/76 a serem mais activos na participação nos debates das matérias que lhes dizem respeito e até na sua mais significativa integração nos órgãos directivos da ADFA a nível nacional e regional.

Campeonato Mundial de Basquetebol - Sintra/Lisboa "96"

De 13 a 20 de Outubro de 1996, a Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental (ANDDEM) vai organizar nas cidades de Sintra e de Lisboa o "Campeonato Mundial de Basquetebol 96", prova do Calendário da Federação Internacional INAS-FMH, onde vão estar presentes cerca de 350 participantes em representação de 20 Equipas.

A ANDEM é a entidade responsável, dentro da orgânica da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, pelo fomento e organização da prática de actividades desportivas de competição para atletas nacionais portadores de deficiência mental, a levar a efeito tanto em Portugal como no estrangeiro.

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências



Agualdo Rosa dos Santos Cerqueira, sócio nº 4831, de 44 anos de idade, faleceu no dia 10/11/95.

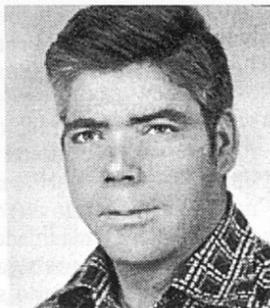
Residia no Casal do Marco, Arrentela, Seixal.

Deixa viúva a Srª D. Maria Carolina Gomes Pinto dos Santos Cerqueira.



Maria dos Anjos Mota, sócio nº 9678, de 84 anos de idade, faleceu no dia 22/07/96.

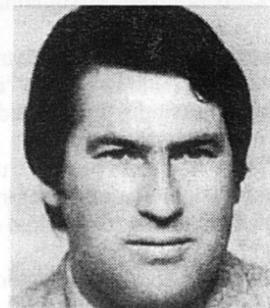
Residia na Lagoa Açores.



Serrail Marques Ferreira, sócio nº 6716, de 55 anos de idade faleceu no dia 26/07/96.

Residia em Samora Correia.

Deixa viúva a Srª D. Júlia Rosa Elói Vieira dos Santos Ferreira..



João Rodrigues Pereira, sócio nº 3618, de 50 anos de idade, faleceu no dia 11/05/96.

Residia em Garriapa, Pombal.

Deixa viúva a Srª D. Maria do Céu da Conceição Martins Pereira e dois filhos órfãos.



Natário do Nascimento Miranda, de 50 anos de idade, faleceu no dia 02/09/96.

Residia em Espinhoso-Vinhais.

Deixa viúva a Srª D. Maria da Luz Baptista Miranda e duas filhas de 16 e 22 anos.

Venda de Automóveis

RENAULT

OPEL

VW E AUDI

MODELO	P. BASE	P.V.P.	MODELO	P. BASE	P.V.P.	MODELO	P. BASE	P.V.P.
TWINGO	1.239.439\$00	1.927.000\$00	ECO 1.2 5P	1.259.934\$00	1.930.499\$00	POLO FOX 1.05	1404.520\$00	1.926.005\$00
TWINGO PACK	1.312.089\$00	2.012.000\$00	ECO 1.2 + 3P	1.203.524\$00	1.864.499\$00	POLOGL 1.05	1.642.570\$00	2.204.523\$00
CLIO RL 1.2 3p	1.290.156\$00	1.922.000\$00	SWING 1.2 5P	1.502.242\$00	2.213.999\$00	POLO 3 VOL 1.4	1.917.579\$00	2.912.854\$00
CLIO RTI 1.4 3p	1.627.084\$00	2.627.000\$00	ECO 1.4 5	1.349.669\$00	2.311.699\$00	GAMA GOLF		
CLIO RL 1.2 5p	1.354.258\$00	1.997.000\$00	SWING 1.4 5P	1.541.118\$00	2.535.699\$00	CL I.4 2P	1.948.084\$00	2.948.545\$00
CLIO RN 1.2 5p	1.495.284\$00	2.162.000\$00	ECO 1.5 TD 5P	1.672.283\$00	2.857.000\$00	CLD 1.9 4P	1.992.594\$00	3.000.622\$00
CLIO RN 1.4 5p	1.669.819\$00	2.677.000\$00	ASTRA			GL TDI 1.9 4P	2.942.378\$00	5.190.675\$00
CLIO BACARA 1.4 5p	2.451.870\$00	3.592.000\$00	RIO 1.4	2.094.366\$00	3.182.999\$00	TDI 4P Aut.	3.167.481\$00	5.454.045\$00
MEGANE			RIO GLS 1.4	2.308.896\$00	3.433.999\$00	VAR MOVIE 1.4	2.165.341\$00	3.202.736\$00
MEGANE RL 1.4 eco	1.819.795\$00	2.871.000\$00	RIO 1.7 TD	2.399.911\$00	4.044.000\$00	VAR CL 1.4	2.229.657\$00	3.359.885\$00
MEGANE RL 1.4	1.959.966\$00	3.035.000\$00	RIO GLS 1.7 TD	2.614.441\$00	4.295.000\$00	Var CLD 1.9	2.251.296\$00	4.382.109\$00
MEGANE RN 1.4	2.108.684\$00	3.209.000\$00	RIO CAR 1.4	2.214.879\$00	3.323.999\$00	VAR MOVIE TDI 1.9	2.901.007\$00	5.142.271\$00
MEGANE RT 1.4	2.227.487\$00	3.348.000\$00	RIO CAR 1.7 TD	2.520.424\$00	4.185.730\$00	VENTO CL 1.4	2.096.934\$00	3.122.700\$00
MEGANE RT TD	2.502.596\$00	4.677.000\$00	CLUB C. 1.7 TD	2.594.782\$00	4.271.999\$00	VENTO CLD 1.9	2.165.765\$00	4.282.037\$00
COMBI 1.2	1.560.624\$00	2.372.000\$00	VECTRA			VENTOGL TDI 1.9	3.106.317\$00	5.382.483\$00
BREAK 1.2	1.911.051\$00	2.722.000\$00	X 16 16V	2.629.987\$00	4.164.000\$00	GAMA PASSAT		
FGTE 1.9 D	1.645.425\$00	2.322.000\$00	CD X 1.7 DT	3.046.919\$00	4.800.999\$00	CL TDI 1.9	2.964.718\$00	5.216.812\$00
FGTE 1.9 D	2.004.399\$00	2.742.000\$00	TIGRA			GL TDI 1.9	3.518.820\$00	5.865.111\$00
VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA			COUPE 1.4 16V	2.093.532\$00	3.182.023\$00	TDI Aut.	3.719.323\$00	6.099.700\$00
CLIO RT - 3 PORTAS	1.827.789\$00	2.808.880\$00	COUPE 1.6 16V	2.507.765\$00	4.021.000\$00	Var CL TDI 1.9	3.215.059\$00	5.509.711\$00
CLIO RT - 5 PORTAS	1.975.630\$00	3.003.800\$00	AUTOMÁTICOS:			Var GL TDI 1.9	3.765.286\$00	6.153.476\$00
MEGANE RT	2.725.497\$00	4.246.496\$00	CORSA 1.4 AUT.	1.724.024\$00	2.738.060\$00	TDI Var Auto	3.964.931\$00	6.387.061\$00
			TIGRA 1.4 AUT.	2.276.418\$00	3.384.361\$00	GAMA AUDI		
			ASTRA 1.4 AUT.	2.277.272\$00	3.385.360\$00	A4 1.9 Conf.	3.834.963\$00	6.235.000\$00
			CARV.1.4 AUT	2.397.785\$00	3.526.360\$00	A4 1.9 TDI Plus	4.399.067\$00	6.895.000\$00
			VECTRA 1.6 AUT	2.812.893\$00	4.366.360\$00	A4 1.9 + EC TDI P.	4.608.468\$00	7.140.000\$00
						A4 1.9 TDI Sport	4.698.212\$00	7.245.000\$00
						A4 1.9 TDI Avant	4.928.981\$00	7.515.000\$00
						A6 1.9 TDI	4.971.716\$00	7.505.000\$00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas. Estas informações/vendas, são tratadas através do Sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10H00 às 13H00 e das 14H30 às 19H00 pelo telefones: 7570502; 7570422; 7570583, e das 20H00 às 22H30 para o telefone: 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01) Dispomos também de algumas viaturas usadas para venda em muito bom estado.

Consulte-nos antes de decidir!

Revolta

Sendo assinante do Jornal ELO, agradecia a V. Ex. que publicasse no mesmo, o que a seguir passo a relatar.

Ano de graça de 1967. Moçambique. Província de Portugal em África. Quartel na Beira.

Paralela ao quartel, deslizava a estrada que corria na direcção da praia do Macúti.

Após o serviço, mesmo doente, tinha conseguido uma oportunidade de me banhar nas cálidas águas tropicais do Oceano Índico.

Ao regressar do banho e após mais um duche de água fria - a água quente era um privilégio dos profissionais da guerra - e enquanto esperava pela hora do jantar - talvez de peixe mal cheiroso - deitei-me na cama, tentando embrenhar-me na leitura de um qualquer livro, na ilusão de esquecer a doença, a então Metrópole, a guerra, a família e a crueldade e desumanidade de alguns militares, quando ouço chamarem por mim.

Que foi? - perguntei um pouco preocupado.

Naquela altura os "Páras" encontravam-se instalados na Beira, esperando a todo o momento que "ordens superiores" os enviassem para o norte de Moçambique, com destino a Nampula, se a memória não me falha.

- O Tó pisou uma mina e um sargento que ia com ele ficou feito em pedaços! Disse-me o jovem militar angustiado.

Ao proferir estas palavras, abraçou-me e chorou.

Os soldados também choram, não deixando, contudo, de serem homens, por essa atitude de solidariedade para com os amigos.

No avião da TAP, via Lisboa, Luanda, Beira, Lourenço Marques, tinha chegado, um dia antes, a esposa do sargento, tragicamente morto, para se juntar ao marido.

Amargas ironias da Guerra Colonial...

Esqueci o falecimento do sargento, por momentos e perguntei pelo estado do Tó.

- Foi evacuado para Lourenço Marques, mas não sabemos nada do seu estado.

E o "Pára" chorava. Abraçado a mim, os seus ombros fortes tremiam, fazendo com que os meus tremessem também.

Mesmo em chinelos, quase descalço, corri na direcção do acantonamento dos pára-quedistas e, desvairado, perguntei pelo trágico acontecimento.

Um capitão "pára", rude e mal encarado, disse-me que ainda nada se sabia de conclusivo. "É cedo para tirarmos conclusões. Não se precipite."

Revoltado também, chorei. Gritei palavras de carroceiro, magoado e triste por tão adversa fatalidade.

E tive vergonha de ali estar, odiando uma guerra que ceifava vidas de jovens quase imberbes. Desejei a morte de Salazar e de toda a escumalha que o rodeava, o seguia e apoiava.

Naquele momento tive vergonha de ser português.

Se, na altura, fosse politizado, tinha desertado, mesmo a nado, nem que fosse para a Ilha de Madagáscar.

Vem tudo isto a propósito do valente comandante do posto da GNR de Barcarena, que agrediu física e moralmente um ex-comandante da guerra colonial, o Manuel Martins Teixeira.

Nós vestimos e honramos galhardamente a farda das Forças Armadas, apesar de reconhecermos, no tempo, o quão estúpida e amargurada foi aquela guerra. Tanto para nós, como para os homens que lutavam pela liberdade dos seus países.

Honra aos homens de bem, de ambas as fronteiras.

O valente comandante de posto, veste uma farda nobre, mas não a sabe enobrecer, porque ao ser servido pelo Orçamento do Estado, esquece, por estupidez, ignorância e falta de inteligência, que os cidadãos devem ser sempre respeitados, doentes ou não.

Resquícius da era cavaquista, como é óbvio...

Foram mais 10 anos de obscurantismo, acrescentados aos 48...

Nós servimos Portugal, não nos servindo das contribuições dos portugueses, já que nenhum de nós "trouxe pé de meia" da guerra colonial.

Esta pequena nuance é que marca e diferencia os homens.

Víamos da guerra, "ricos", sim, mas de tristezas e amarguras.

Nós fomos obrigados a servir.

E quem de direito, finge esquecer o nosso estado psico-neurológico.

O comandante de posto serve-se. Não foi obrigado a servir e a escolha em ser comandante do posto não foi feita sob coacção.

Chulo é o comandante do posto, para além de parasita da sociedade, porque não honra a farda que deveria honrar, como nós sempre honramos a nossa que tão garbosamente envergamos.

E os chulos, como o referido comandante de posto, deveriam ser expulsos da instituição que representam e atirados, eles sim, atirados pelas escadas fora, como foi ameaçado o ex-militar deficiente, que, se necessário, na guerra colonial, teria dado a vida pela Pátria.

Remigio Joaquim de Almeida Coelho

Disparidade das pensões

Caros colegas, ao ler-mos no nosso jornal de Julho o lamento de um colega nosso que tem 71% de incapacidade, recebe 105.366\$00 e um outro com 30% de incapacidade recebe 117.480\$00. Penso que isto serão incapacidades em campanha.

Tem toda a razão este nosso colega.

Agora nós em serviço o que temos? No meu caso com 35,5% em serviço recebo 30.600\$00 e outros colegas em serviço com situações mais graves que direitos temos? Porque isto não é só a nível de pensão é a nível de outras regalias: nós com lista verde, vejam, não temos direitos a fundo de subsídio de desemprego, os nossos filhos não têm direito a subsídio de estudos, quando em cursos superiores, porque a diferença está na cor de uma lista verde e uma lista vermelha. O nosso sangue perdido na guerra era verde, o de outros colegas, era vermelho.

Agora vem esta: "Quotas em dia, direitos garantidos", eu pergunto para quem? que direitos?

Já agora, um apelo. Que sejam divulgados no jornal "ELO" todos os direitos e garantias dos deficientes em campanha, assim como dos seus filhos e direitos e garantias dos deficientes em serviço e seus filhos e vamos assim avaliar tudo isto e vermos como somos marginalizados em serviço, assim como os nossos filhos. Isto é mais um grito de alerta e revolta a juntar a muitos outros.

Agradecia que seja publicado no ELO esta simples carta.

João Marques Pereira, Sócio n.º 2057

Acumulação de pensões

A minha carta visa expor o seguinte:

Sou um deficiente das Forças Armadas, com 15% de desvalorização contraída em campanha, quando cumpria serviço militar obrigatório na Guiné.

Após a conclusão do processo foi-me recusada a pensão a que tenho direito fundamentado em legislação do vosso conhecimento e devido também por já ser pensionista, conforme documento que se anexa.

Com efeito, parece-me que a Caixa Geral de Aposentações teve alguma dificuldade em analisar o meu processo e é neste contexto e dada a vossa experiência que venho pedir a vossa ajuda.

1ª Questão: No ponto 4, segundo parágrafo da carta diz que tenho direito a uma pensão de invalidez calculada por inteiro, igual a 36 anos de serviço e que, no cômputo dessa pensão só será incluído o tempo de serviço militar (porque é um direito a uma indemnização pela doença contraída em campanha e ao serviço do Exército).

2ª Questão: caso opte pela pensão dos deficientes, ficam de fora os restantes anos de serviço público que serviram de cálculo para a pensão que estou a receber, tempo esse, que a Caixa Geral de Aposentações se recusa a deixar transferir para a Caixa Nacional de Pensões da qual sou subscritor.

Pergunta-se porquê? Num estado de direito é permitido dois pesos e uma medida para casos iguais? Será que o Sr Ministro da Solidariedade e Segurança Social, partilha da mesma opinião? Não estarão a ser violadas regras fundamentais de um direito adquirido? Não será assunto de tribunal?

Como se compreende não estou a reivindicar uma segunda pensão, simplesmente o tempo de serviço em que trabalhei e descontei e por isso, esses anos fazem parte da minha vida como trabalhador deste país, não posso considerar um favor e muito menos uma esmola.

Todavia se tivesse sido um desertor do Exército, o meu problema neste momento estaria resolvido, porque fugir ao dever patriótico era honra e para os antifascistas há uma atenção acrescida compensados alguns com lugares chorudos na Administração Pública, para os pobres e humildes, negasse-lhes os mais elementares direitos de justiça e é perante este cenário de injustiças que cada dia que passa fico mais céptico porque só vejo promessas políticas e os problemas dos deficientes continuam a agudizarem-se sem solução à vista e cada dia que passa menos forças temos para lutar, porque a idade avança, a guerra colonial diminuiu a nossa longevidade e a deficiência física reduziu ainda mais a nossa esperança de vida, por isso, o poder governamental aposta nestas vertentes e vai criando mecanismos para dividir os deficientes e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem-se deixado embalar pelo canto da sereia e pouco tem feito para contrariar esses desígnios. Por isso, a saída para os nossos problemas só será resolvida com uma grevezinha de fome dada a sensibilidade dos políticos da nossa praça, que apesar de chamados Socialistas, são iguais aos outros...

Se acharem por bem, publiquem alguns excertos da minha carta, quem sabe! poderá servir para acordar algumas (consciências) adormecidas mormente a classe política porque já basta de tanto esquecimento e de continuar-mos a ser ignorados.

Alberto Pinto, sócio n.º 11683

Deficientes em Serviço

Através do último número 256 do jornal "ELO" de Julho de 1996, li com bastante interesse, aliás, como sempre acontece, todos os artigos nele insertos mas muito especialmente os que se relacionam com o grave e vergonhoso problema dos Deficientes em Serviço.

1º- De facto e comquanto os títulos continuem a chamar a atenção dos leitores, como sendo, por exemplo: ADFA ao serviço dos associados; dois pesos, duas medidas; parentes pobres; viúvas e deficientes em serviço; deficientes sem legislação; disparidade de pensões de deficientes militares, etc... tudo continua na mesma, em termos de matéria legislativa, principalmente no que diz respeito à situação marginal em que se encontram os militares deficientes ao serviço das forças armadas e o que é ainda mais grave, no cumprimento do serviço militar obrigatório. Esta é, infelizmente, a realidade que temos e a verdade nua e crua.

2º- Não tenhamos dúvidas de que tem havido dois cumprimentos de onda, desde a primeira hora e só disso não se apercebe nem entende, quem não quer ou não alcance, uma vez que os factos estão à vista e são por demais evidentes e decorrem da própria legislação, também ela deficiente, injusta e ultrapassada e só possível num país onde há muita ausência de valores morais e de solidariedade e uma concepção de justiça que continua a ser imperfeita e incompleta. Isto é tão simples, quanto é claro e fácil de ver.

3º- Há questões que governantes, políticos, oposição, chefias militares e ADFA (dirigentes), deviam desde há muito tempo ter colocado a si próprios, mas, para isso, seria preciso sentirem no seu próprio pêlo, toda a carga negativa de injustiça que tanto tem afectado e prejudicado os militares deficientes em serviço. Há coisas que eu considero inconcebíveis e disparatadas, ou, o que é ainda pior, maldosas. Vejamos dentro de muitas injustiças e discriminações de que têm sido alvo os deficientes em serviço, só quatro indicadores concretos e objectivos:

3.1- Que diferença há, fisicamente falando, entre um militar que em serviço fractura um joelho e fica incapacitado para o resto da vida e outro militar que em campanha fractura também um joelho e fica também incapacitado para o resto da vida?

3.2- Por que razão é imposto ao deficientado em serviço um prazo limite para a revisão do seu processo no caso de ver agravada a sua incapacidade, enquanto que o deficientado em campanha, pode mandar rever o seu processo em qualquer altura?

3.3- Por que motivo, as viúvas dos deficientes em serviço, não têm os mesmos direitos e garantias auferidos pelas viúvas dos deficientes em campanha?

3.4- Mesmo na atribuição de reformas ou pensões, há diferenças enormes e situações que é de bradar aos céus; e eu pergunto: Porquê tudo isto? Militares em campanha ou em serviço, não serviram ambos as forças armadas; não se deficientaram no cumprimento de uma missão que lhes foi imposta sob a mesma disciplina militar? Então por que é que essa disciplina não abrange agora de igual forma todos os militares? Será que a responsabilidade militar cessa, após cada junta médica militar?

4º- Porque estamos em maré de fazer perguntas, há uma questão que desde há muito intriga a maior parte dos deficientes em serviço que gostaríamos de saber em que é baseada e porque é que a Caixa Geral de Aposentações interfere e muitas vezes se sobrepõe ao parecer e decisões das juntas médicas militares, significando isso uma ingerência em assuntos que são da exclusiva área e competência militar? Não estará aqui a ser posta em causa a disciplina e justiça militar?

5º- Que raio de jogo é este do empata, em que não há o mínimo respeito pelos que, obrigatoriamente serviram as forças armadas, dando o melhor de si, uma vez que se deficientaram ao serviço das mesmas, sendo prejudicados para o resto da vida, mas não recebendo um centavo de reforma e outros que têm uma reforma de miséria? Que País continua a ser este em que infelizmente alguns portugueses nasceram?

6º- Assim, subscreeve em absoluto o teor do Artigo - parentes pobres e acrescento, que governos, políticos, oposição, forças armadas e dirigentes da ADFA, não têm estado minimamente interessados em resolver com justiça esta vergonhosa situação dos parentes pobres, pois de contrário, já há muito teriam alterado a legislação ainda em vigor, no que ela tem de aberrante, discriminatória e injusta.

7º- Apesar de tudo isto e embora impaciente, continuo confiante e esperançado e ainda não estou desiludido com os novos governantes, nem arrependido de, há uns tempos a esta parte lhes ter dado o meu voto; é preciso dar tempo a quem governa, mas também é preciso acção e recuperar o tempo (demasiado tempo perdido) e dar prioridade a situações como os deficientes em serviço, pois há gravíssimos e urgentes casos a solucionar dentro deste grupo de militares completamente abandonados, esquecidos e ignorados dos pobres públicos.

8º- É caso para dizer: Basta de tanto esperar. Assim, eu espero que este novo governo que já deu provas de que há muitas correcções a fazer em matéria social e de justiça, avance depressa e acabe a muito curto prazo com a vergonhosa situação criada a estes militares e que repare todo o mal que desde a primeira hora tem vindo a ser feito aos deficientes em serviço.

Confio e aguardo

Manuel Ferreira Alves, Sócio n.º 9147

Falecimento do Marechal Spínola



O marechal António de Spínola faleceu na madrugada de 13 de Agosto, no HMDIC, em Belém, no qual se encontrava internado desde os últimos dias do ano passado.

O corpo do brilhante e valoroso militar esteve depositado, em câmara ardente, na basílica da Estrela, onde, a prestar-lhe a última homenagem e apresentar condolências à família, se deslocaram em representação da nossa Associação, na noite do óbito, os presidentes da MAGN, Jorge Maurício, e da DN, Lavouras Lopes, e o 1º secretário deste último órgão, Patuleia Mendes.

A ADFA enviou uma coroa de flores para a câmara ardente, e a nossa viatura, com o 1º vogal do CFN, Carlos Mendes, e o elemento do Conselho Jurisdicional, Mário Sobral, incorporou-se no funeral para o cemitério do Alto de S. João onde, por vontade expressa do falecido marechal, os seus restos mortais ficaram sepultados no talhão dos Combatentes.

Relembra-se a presença do saudoso militar em actividades desenvolvidas pela nossa Associação, designadamente nas sessões de abertura, em Lisboa, da 14ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC em 13 de Maio de 1991, e da VI Conferência Internacional sobre Legislação daquele mesmo organismo de antigos combatentes, em 10 de Abril de 1994. De maior e mais profundo significado foi um dos seus últimos actos públicos, que se concretizou na visita à nossa sede, em 15 de Novembro do ano findo, a qual se transformou numa extraordinária demonstração de solidariedade e arreigado sentimentalismo, em união com os nossos órgãos sociais nacionais e das delegações os associados, nomeadamente os de origem africana e, muito em especial, os oriundos da Guiné. Seja-nos permitida a manifestação da mais sentida homenagem à memória do marechal António de Spínola.

16ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC

A 16ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE) da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) realizou-se em Nicósia, de 14 a 17 de Setembro.

Este evento foi precedido por uma reunião do grupo de trabalho sobre a revisão estatutária da FMAC, realizada no dia 13 de Setembro.



Delegação da ADFA com o representante da FMAC junto das Nações Unidas e a representante da Cruz Vermelha Internacional, aguardando o início da homenagem aos mortos da 2ª Guerra Mundial, em Chipre.

- A ADFA apresentou proposta para que as recomendações adoptadas na 6ª Conferência sobre Legislação sejam efectivamente levadas à prática pelos governos dos países representados nesta conferência.
- Cooperação com associações congéneres dos PALOP em discussão na reunião dedicada aos assuntos sociais.
- Debate importante sobre recomendação nº 22 da 21ª Assembleia Geral da FMAC: condenação da venda de minas anti-pessoal. Apresentado o caso de Angola onde

existem, segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 250 mil mutilados, entre homens, mulheres e crianças, devido ao uso indiscriminado destes engenhos explosivos.

- "Symposium" Internacional sobre "Stress de Guerra" a realizar em Dubrovnic, na Croácia, em Maio de 1997. Apoio da ADFA a este evento que irá reunir os maiores especialistas mundiais sobre esta matéria.
- A ADFA propõe medidas tendentes a sanear a situação financeira da FMAC.

Notícia mais aprofundada no próximo número de "ELO"

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos
disponíveis



Atendimento
personalizado



Técnicos
especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA-VERDE 0800 21 1996

RENAULT AVENIDA
Avenida da Liberdade, 29
☎ 346 76 97

RENAULT ANDRADE CORVO
Rua Andrade Corvo, 31-B
☎ 352 23 70*

RENAULT CHELAS
Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E
☎ 836 14 14



RENAULT

*Aqui, a nossa vendedora Rosário Jorge estará sempre disponível para o atender.